

30/03/2023 17:23 - PF deflagra operação em combate à extração ilegal de madeira



A Polícia Federal deflagrou, na manhã desta quinta-feira (30), em Espigão D'Oeste e Cacoal, a Operação Carontes. O trabalho tem como objetivo a desarticulação de um grupo criminoso especializado no monitoramento de órgãos de fiscalização (Polícia Federal, Ibama, Sema) e, assim, facilitava a exploração e o transporte de madeira extraída ilegalmente de terras públicas da União, sobretudo das Reservas Roosevelt e Aripuanã.

Investigações

A investigação teve início a partir da prisão de uma das pessoas investigadas ao ser flagrada em atividade clandestina de telecomunicação (rádio amador).

A análise do material apreendido em posse da detida revelou a existência de uma associação criminosa voltada à prática de telecomunicação clandestina e outros crimes.

A PF constatou que a finalidade do grupo, composto principalmente por “olheiros” e “batedores”, é a de informar madeireiros, caminhoneiros e outros exploradores de madeiras no interior de terras da União, acerca da presença de policiais ou agentes ambientais atuantes no combate à exploração de madeiras, em contrapartida recebiam valores pré-definidos pelo serviço.

As informações repassadas continham vários dados a respeito dos órgãos de fiscalização que estivessem a região, como as características do veículo, localização, direção de deslocamento. Em alguns casos, quando utilizados aplicativos de mensagens de celular, as informações eram acompanhadas de fotografia do veículo e dos agentes públicos.

Diligências

Na ação de hoje, são cumpridos 13 mandados de busca e apreensão em residências localizadas nos municípios de Espigão do Oeste (RO) e Cacoal (RO). As pessoas investigadas, incluindo um agente da segurança pública do estado de Rondônia, foram intimados a prestarem esclarecimentos. Os trabalhos contam com a participação de cerca de 60 policiais federais.

Crimes investigados

Os envolvidos estão sendo investigados pelos crimes de associação criminosa, favorecimento real, desenvolvimento clandestino de telecomunicação e dificultar a ação fiscalizadora do Poder Público no trato de questões ambientais.

Fonte: PF